

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Porque falham as democracias ocidentais e rasgam o contrato social

Publicado em 2026-10-26 11:00:00





democracias ocidentais e rasgam o contrato social

A confiança pública perde-se quando as obrigações dos cidadãos sobrevivem às garantias que lhes foram prometidas.

Nota de abertura:

Uma reflexão sobre a reciprocidade entre cidadãos e Estado, as prioridades do dinheiro público e a capacidade das democracias para responder às necessidades que dão sentido ao contrato social.

Uma democracia começa a perder os seus cidadãos quando lhes exige que continuem a cumprir as suas obrigações enquanto deixa por cumprir as próprias. O contribuinte paga, o trabalhador desconta, a família adapta-se. Do outro lado, a consulta adia-se, a casa afasta-se do salário e a promessa de uma vida melhor passa de governo em governo. A liberdade política

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

financiar o Estado e respeitar as regras porque esperamos protecção perante a doença, oportunidades para os nossos filhos e justiça quando alguém abusa do poder. Nenhum governo pode garantir felicidade ou eliminar todos os riscos. Pode, porém, ser obrigado a mostrar que usa os recursos comuns com competência e que as regras também se aplicam a quem dispõe de influência.

É essa confiança que se desgasta quando a distância entre o discurso e a experiência se torna persistente. A Europa e a América do Norte têm realidades diferentes, instituições que resistem e serviços que continuam a funcionar. Ainda assim, o relatório V-Dem de 2026 documenta um recuo democrático que também alcança essas regiões. A erosão merece ser enfrentada antes de a tratarmos como destino. ^[1]

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.



A banca e o custo das decisões públicas

Em Portugal, o apoio público à banca oferece uma medida concreta das escolhas que pesam sobre o futuro. No parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2025, o Tribunal de Contas apurou, para o período de 2008 a 2025, despesas de 29 617 milhões de euros e receitas de 8 950 milhões. O saldo acumulado desfavorável para o Estado ascendia a 20 667 milhões de euros. ^[2]

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

perda definitiva. Proteger depositantes e assegurar os pagamentos pode justificar uma intervenção pública. A exigência democrática está em avaliar como se chegou ao desastre, como foram distribuídos os encargos e que responsabilidades foram apuradas.

A dimensão permanece impressionante. Para a tornar visível, 20 mil milhões de euros equivaleriam a 100 mil habitações a um custo total hipotético de 200 mil euros por casa. Trata-se de uma comparação aritmética, não de um orçamento de construção. As verbas foram mobilizadas ao longo de muitos anos e uma falência desordenada também teria custos. Mas a comparação ajuda a perceber quanto futuro está contido numa decisão financeira desta escala.

Quando se invoca a falta de meios para responder à habitação ou à saúde, os cidadãos têm o direito de pedir que essa escassez seja explicada à luz das decisões anteriores. A factura de uma crise não termina no montante inscrito nas contas públicas. Prolonga-se nas possibilidades que o país perdeu, no investimento que ficou mais difícil e nos encargos que transitam para quem não participou nas decisões.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

com apoios públicos ao sector financeiro.

- Receitas contabilizadas no mesmo período: 8 950 milhões de euros.
- Saldo líquido desfavorável para o Estado: 20 667 milhões de euros.
- Fonte: **Tribunal de Contas — Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2025, Caixa 8.**

Quando o poder económico condiciona as regras

O problema agrava-se quando o poder económico consegue influenciar as regras em seu benefício. A OCDE descreve o risco de captura das políticas públicas por interesses particulares, com prejuízos para a concorrência e para os consumidores. Nem toda a influência empresarial é ilegítima; a fronteira rompe-se quando o interesse geral deixa de orientar a decisão. ^[3]

Por isso, a discussão sobre uma economia de extração exige atenção aos mecanismos concretos. Uma empresa que investe e cria produtos úteis contribui de forma diferente de um negócio que depende de afastar



mais poderosos conseguem contorná-lo.

A educação e a voz dos cidadãos

Na educação, o dano tem um alcance particularmente longo. Os resultados PISA 2025 mostram uma nova descida das médias da OCDE em leitura e matemática. Estes testes medem competências específicas e não esgotam a qualidade de uma escola. Ainda assim, dificuldades crescentes de compreensão e raciocínio comprometem a capacidade de trabalhar, interpretar informação e participar nas decisões colectivas. ^[4]

Uma sociedade que quer cidadãos autónomos precisa de lhes dar condições para compreender o mundo. Isso exige professores com tempo para ensinar e escolas capazes de acompanhar quem encontra dificuldades. A degradação do ensino cobra uma dívida lenta: chega à produtividade, à circulação de informação falsa e à possibilidade de cada pessoa defender os seus direitos. Quando os efeitos se tornam evidentes, já uma geração atravessou a escola.

A desconfiança política cresce também quando a participação parece terminar no voto. No inquérito da

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

entre reconhecer o valor da eleição e sentir que se participa no governo da vida comum. [5]

Não basta atribuir essa distância à fraqueza pessoal dos governantes. Importa examinar como são escolhidos, que interesses condicionam as suas decisões e que consequências enfrentam quando falham. Um sistema que recompensa sobretudo a vitória eleitoral pode produzir dirigentes muito preparados para conquistar o poder e pouco comprometidos com tarefas cujo resultado só será visível depois do mandato. A continuidade de uma política útil precisa de sobreviver à troca de ministros.

O sofrimento material pode então ser usado por quem promete resolver tudo através da concentração do poder. A insegurança facilita a procura de culpados próximos, enquanto decisões económicas complexas permanecem longe do debate público. Esse percurso não é inevitável, nem explica sozinho a radicalização. Mas uma democracia que deixa acumular problemas conhecidos torna mais difícil defender a paciência, a negociação e os limites ao poder.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Entretanto, a comparação com a China e a Índia alimenta a impressão de que a autoridade cresce enquanto a democracia se perde em discussões. Convém observar o que produziu desenvolvimento. No caso chinês, o Banco Mundial destaca décadas de transformação agrícola, industrialização, urbanização e investimento em infraestruturas. O crescimento tem causas próprias e não pode ser atribuído sobretudo à degradação ocidental. ^[6]

China e Índia também não são politicamente equivalentes. A existência de eleições multipartidárias na Índia distingue-a do regime chinês de partido único, embora o V-Dem identifique nela um processo de autocratização. A comparação exige avaliar a capacidade de execução de cada Estado e, ao mesmo tempo, os direitos de quem é governado. O crescimento económico não dispensa nenhuma dessas perguntas. ^[1]

O avanço de outros povos pode representar progresso para o mundo. Uma democracia ocidental perde legitimidade quando falha perante os seus cidadãos, independentemente da posição que ocupa numa classificação internacional. A questão decisiva é saber se consegue transformar conhecimento e riqueza em melhores condições de vida, mantendo a liberdade de criticar e de substituir quem governa.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

verificáveis. Um programa de habitação deve mostrar quantas casas serão concluídas, com que financiamento e em que prazo. Uma reforma da saúde deve permitir acompanhar o acesso efectivo aos cuidados. Um apoio público deve revelar os beneficiários, as condições e os resultados. A prestação de contas ganha força quando o cidadão consegue comparar a promessa com aquilo que foi feito.

Essa reconstrução exige ainda fiscalização com meios para atuar e consequências proporcionais para quem viola as regras. A dificuldade orçamental tem de ser explicada, a prioridade política tem de ser defendida e o privilégio tem de poder ser contestado. Quem financia o Estado deve conseguir perceber como o dinheiro foi usado e participar na discussão sobre o seu destino.

As democracias ocidentais falham quando aceitam que a protecção dependa cada vez mais da capacidade de comprar uma saída privada para problemas colectivos. Quem pode paga uma alternativa; quem não pode espera. À medida que essa separação se aprofunda, a experiência comum que sustenta o contrato social torna-se mais frágil. A confiança precisa de serviços que cheguem às pessoas e de decisões que possam ser escrutinadas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

tem de responder. O futuro deixa de ser uma promessa credível quando passa a vida inteira a chegar atrasado.

O futuro deixa de ser uma promessa credível quando passa a vida inteira a chegar atrasado.

Nota Editorial

Esta crónica exprime uma interpretação política e cívica da quebra do contrato social. Distingue a análise crítica dos dados documentados e reconhece a diversidade dos países europeus e dos seus sistemas democráticos.

Os valores relativos à banca representam o saldo acumulado dos apoios públicos até ao final de 2025. Incluem intervenções distintas e podem variar com recuperações futuras; não quantificam

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

hipótese aritmética de custo total de 200 mil euros por casa. Não é um orçamento de construção nem pressupõe que a ausência de intervenções financeiras teria deixado toda essa verba disponível.

Os resultados da OCDE sobre confiança abrangem países europeus e de outras regiões. As avaliações PISA medem competências específicas. Os relatórios V-Dem constituem avaliações segundo a metodologia do instituto, não classificações jurídicas dos regimes.

Texto integral preservado, com adaptação à grafia portuguesa anterior ao AO90. Informação verificada nas fontes identificadas, consultadas em 26 de Outubro de 2026. Autoria de Francisco António dos Santos Gonçalves, com co-autoria, investigação e assistência editorial de Augustus Veritas — AI Assistant.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Unraveling The Democratic Era

Relatório sobre a evolução dos regimes políticos, incluindo a erosão democrática na Europa, na América do Norte e na Índia.

- [2] Tribunal de Contas — Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2025

29 de setembro de 2026. Caixa 8, pp. 171–172. Saldo dos apoios públicos ao sector financeiro entre 2008 e 2025. Cópia do documento disponibilizada pela RTP.

- [3] OCDE — Corporate influence in competition policymaking

2025. Análise dos benefícios da participação empresarial e dos riscos de influência indevida e captura das políticas de concorrência.

- [4] OCDE — PISA 2025 Students reading and mathematics performance declined sharply across the OECD

8 de setembro de 2026. Comunicação dos resultados de leitura, matemática e ciências.

- [5] OCDE — Trust in government

Resultados do inquérito de 2026. Os valores citados

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Poverty

1 de abril de 2022. Síntese do relatório Four Decades of Poverty Reduction in China e dos seus principais fatores de desenvolvimento.

Francisco António dos Santos Gonçalves

Co-autoria e investigação: Augustus Veritas — AI Assistant

Fragmentos do Caos

FC-Chronic-News



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)